

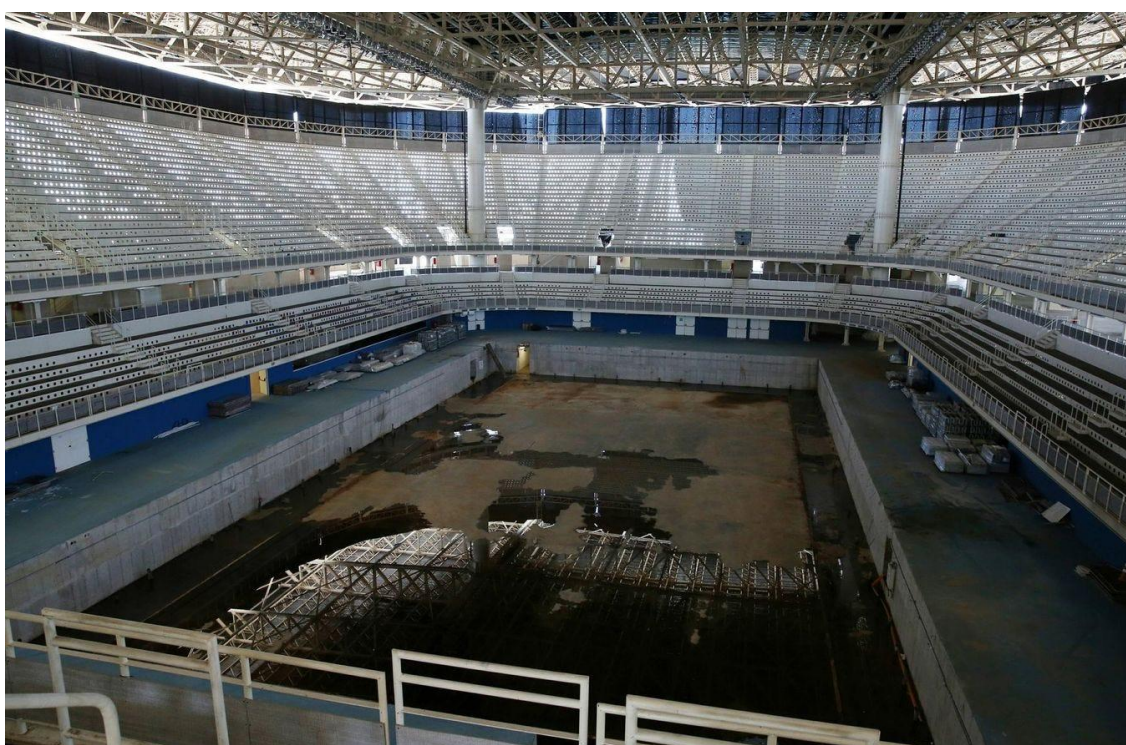


#Olimpíadas2016

Rio Olímpico dez meses depois: falta legado, sobra dívida

Originalmente publicado no [Medium](#), em 2 de junho de 2017

Autoria de Sandra Quintela e Thiago Mendes



A piscina olímpica precisou ser desmontada e entregue à Escola de Educação Física do Exército, pois não havia dinheiro para mantê-la | Foto: Reuters

Quase dez meses depois do início dos Jogos, a utopia de uma “Cidade Olímpica” parece ter ficado apenas nas imagens de uma cerimônia de abertura colorida e festiva que pouca gente lembra. Antes dos Jogos, toda promessa de legado era tachada de “olímpica” ou remetia a um futuro alentador. O Rio ganharia um sistema de transporte “olímpico”, os moradores poderiam praticar diversas modalidades esportivas, graças à construção de

caríssimas instalações “olímpicas” que ficariam para todos. A Prefeitura rebatia qualquer crítica em relação aos gastos com os Jogos, afinal dois dos equipamentos — a Arena Carioca 3 e a Arena do Futuro — se transformariam em “Escolas do Amanhã”. O futuro chegou, e o Rio é hoje uma cidade endividada e com uma população com cada vez menos direitos.

Em razão dos empréstimos contraídos para os Jogos, a Prefeitura precisou adiar o pagamento da parcela da dívida com o Banco Nacional do Desenvolvimento (banco público federal) para conseguir pagar os servidores municipais até o fim do ano. Recentemente, em audiência pública no Ministério Público Federal, a subsecretária de Esporte e Lazer da Prefeitura do Rio, Patrícia Amorim, admitiu que não há orçamento para construir novas “escolas do amanhã”, que funcionam em tempo integral.

As instalações do Parque Olímpico de responsabilidade da Prefeitura e do Parque Radical de Deodoro permanecem sem uso, pois não há plano de administração. A solução apontada pelo ex-prefeito, Eduardo Paes, a assinatura de uma parceria público-privada não vingou. “Não existia um plano B”, admitiu a atual subsecretária na mesma audiência.

A área do Parque Olímpico abre para atividades de lazer aos sábados, domingos e feriados, segundo a subsecretária, mas não há estrutura mínima como banheiros químicos. A obra em Deodoro, na Zona Oeste da cidade, custou R\$700 milhões, tem área de 500 mil m², mas não conta sequer com vestiários. “Seria preciso alugar um container ou fazer obra para adaptar”, reconhece Patrícia. A promessa de uso da piscina, especialmente em dias quentes de verão, não se concretizou na atual gestão.



Postagem de dezembro de 2016 da Prefeitura do Rio prometia o uso do Parque Radical de Deodoro. A realidade foram portões fechados assim que a gestão seguinte assumiu. Foto: Reprodução Instagram “CidadeOlímpica”.

Parte da estrutura em Deodoro apresentou “rachaduras e infiltrações”, ainda segundo a subsecretária. Ela informou que a Prefeitura busca nos contratos possíveis responsabilidades das empreiteiras, mas admite que o poder público pode vir a arcar com esses custos. A solução para a administração do Complexo seria uma parceria público-privada. Enquanto isso, um importante equipamento de lazer em uma área pobre da cidade permanece sem uso. Legado para quem?

No âmbito estadual, a paralisia no funcionamento dos equipamentos esportivos é a mesma. O futuro do Maracanã, concedido à Odebrecht (empreiteira envolvida em grandes escândalos de corrupção), segue indefinido. O governo do Estado estuda o modelo de nova concessão do estádio a empresas. Enquanto isso, centenas de atletas, crianças e jovens permanecem sem o espaço de treino do Parque Aquático Julio Delamare e do Estádio de Atletismo Célio de Barros, fechados anos antes da Copa e das Olimpíadas.



Maracanã, sede da abertura e encerramento dos Jogos com gramado carente de manutenção | Foto: Reuters

O procurador da República Leandro Mitidieri lembra que várias cidades no mundo atualmente rejeitam receber os Jogos. “Mas nós sediamos e construímos essas caríssimas instalações. Então, agora nós temos que dar destinação cidadã a elas”, sustenta. Ele cita que, mesmo paradas, instalações continuam gerando gastos. O Velódromo, por exemplo, precisa ser mantido com um ar-condicionado ligado em volume máximo, por causa da madeira especial instalada. A piscina olímpica precisou ser desmontada e entregue à Escola de Educação Física do Exército, pois não havia dinheiro para mantê-la.



Faltam cadeiras no Maracanã | Foto: Reuters

Para Mitidieri, não houve planejamento no momento correto, ou seja, na ocasião da candidatura do Rio como cidade-sede. O procurador lembra que o plano de legado das instalações e das arenas olímpicas entregue às pressas, um dia antes da cerimônia de abertura por pressão do MPF, “é um documento sem respaldo na realidade, com coisas que não se concretizaram na prática”. “A parceria público-privada aparece como uma varinha de condão para resolver os problemas”, critica. Segundo o procurador, o MPF vai cobrar um plano de contingência, emergencial, e depois um plano consistente de uso dessas instalações.

Em meio a esse debate, cabe lembrar que as PPPs, apontadas como solução para tudo, são, na verdade, um mecanismo de privatização do aparelho do Estado e de transformação dos serviços públicos em fonte de enriquecimento

de empresas, ao transferir para o controle do capital privado nossos bens e direitos essenciais. Isso nos torna reféns da lógica do mercado e inviabiliza o controle democrático por parte da população.

Assim, o sonho “olímpico” de uma cidade com saúde, educação, transporte, segurança, moradia digna e tranquilidade para se viver permanece distante da maioria da população.

O modelo de realização dos megaeventos esportivos precisa ser revisto. O rastro de endividamento, gentrificação, mercantilização das cidades por onde passam as Olimpíadas, Copas do Mundo e demais megaeventos precisa de vez ser avaliado e transformado. Que a experiência desastrosa do Rio de Janeiro sirva de base para um novo começo de festa do esporte onde todos e todas possam participar, viver os benefícios pós-Jogos e serem convidados para a festa.

Acompanhe. Mais informações e/ou sugestões: thiago@pacs.org.br e iara@pacs.org.br | Acesse também: pacs.org.br